

Agência Reuters

Governo reduz volume em leilão de energia e desagrada

30 Mar 2005 16:16

(texto com posição do governo, de analista e de empresa)

Por Walter Brandimarte

SÃO PAULO, 30 de março (Reuters) - O governo reduziu em cerca de 700 Megawatts (MW) o volume que pode ser vendido no segundo leilão de energia velha, que será realizado em São Paulo, neste sábado, provocando críticas de agentes do setor.

O corte foi determinado por meio de portaria divulgada no dia 24, e o governo justifica essa medida como uma correção necessária.

"Foi um erro provocado por desajuste de informação. Seria errado persistir", afirmou o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, sem dar detalhes.

As distribuidoras estão descontratadas em cerca de 60 MW em 2005 e outros 640 MW em 2006. Segundo ele, as empresas não poderiam postergar essa demanda para 2008 e 2009, data de início de entrega da energia dos contratos que serão leiloados no próximo sábado.

Zimmermann, que participou de seminário do setor em São Paulo, limitou-se a dizer que esses erros serão corrigidos após o leilão e que algumas alternativas estão sendo analisadas.

Investidores do setor elétrico suspeitam que a decisão seja uma forma de o governo garantir reserva de mercado para a energia produzida por centrais nucleares.

"Essa 'Itaipuização' de Angra é apenas uma suspeita, mas é o que se pode pensar com as últimas declarações do (secretário-executivo do Ministério), Maurício Tolmasquim", afirmou o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales.

Ele se referia a declarações do secretário de que as usinas nucleares de Angra poderiam receber o mesmo tratamento dado a Itaipu, que tem sua energia comprada compulsoriamente pelas distribuidoras por um valor mais alto do que das outras hidrelétricas do país.

Zimmerman descartou essa hipótese, mas continuou sem dar explicações detalhadas.

"Acho que o marco regulatório que está sendo implantado é tão claro, tão transparente, que eu acho que não contribuem em nada as informações que o Cláudio deu sobre esse assunto. Não existe nada disso. Não tem sentido", respondeu o secretário.

A portaria obrigou as distribuidoras a refazerem as declarações de necessidade de compra de energia no leilão, já encaminhadas ao Ministério havia mais de um mês. Segundo cálculo de Sales, da CBIEE, o volume de demanda descontado das declarações é de aproximadamente 720 MW. Ele defendeu que as geradoras têm direito a esse mercado.

Outra hipótese levantada para a decisão do governo é a de reservar essa demanda para ser contratada como energia "botox", aquela de usinas que entraram em operação a partir de 2000 e que até o início de 2004 não haviam sido contratadas. Essa energia pode ser vendida tanto no leilão de energia velha quanto no de nova, relativo a empreendimentos ainda no papel e que deve ocorrer em meados deste ano.

"Se for isso, o governo teria de fazer outro leilão, específico para esse energia", afirmou o analista do Unibanco Cláudio Delbrueck.

As mudanças também não agradaram às distribuidoras. A chefe da divisão de mercado atacadista da gaúcha CEEE, Lilian Bercht, argumenta que, caso não seja feito novo leilão para atender essa demanda, as empresas ficarão expostas a maiores riscos porque, possivelmente, teriam de recorrer ao mercado de energia de curto prazo.

"Aqui no Sul, por exemplo, estamos vendo os preços (de energia) subirem por conta da seca", afirmou a executiva. Segundo ela, o MW hoje vendido no curto prazo na região está em torno de 33 reais, bem acima dos 18 reais vistos em outras áreas.

(Com reportagem adicional de Patrícia Duarte, em Brasília)